

O desafio socioambiental para a fé cristã em Medellín e Puebla

Afonso Murad*

Resumo: *Inicialmente, apresenta-se de forma breve como as opções de fundo da Conferência de Medellín foram fundamentais para a eclosão da consciência ecológica na Igreja latino-americana. Embora a Conferência não tenha se concentrado no tema, pois a ecologia ainda não despontara como questão emergente para a humanidade, ela colocou as bases para um cristianismo comprometido com a mudança da realidade social. Sobretudo os documentos sobre a Justiça e a Paz denunciaram o mal estrutural, que intensifica a pobreza, e propuseram ações coletivas. Já em Puebla, realizada 11 anos depois, ecoa a consciência ecológica emergente e se ensaiam algumas alternativas. Ambos os documentos são importantes norteadores da atual ecoteologia latino-americana.*

Palavras-chave: *Medellín; Puebla; Ecologia; Ecoteologia.*

INTRODUÇÃO

No ano de 2018 se comemoram os 50 anos de Medellín, data cheia de sentido simbólico! Oportunidade única para a Igreja do nosso continente rever os compromissos assumidos, corrigir os eventuais “desvios de rota” e renovar com coragem as opções desta II Conferência do Episcopado Latino-Americano. No Brasil, as conclusões de Medellín se tornaram mais conhecidas e foram divulgadas amplamente após a Conferência de Puebla, em 1979. Então, em 2019 recordamos os 40 anos de Puebla. Embora do ponto de vista teológico e pastoral hajam algumas diferenças substanciais entre a mensagem das duas conferências, tal fusão possibilitou uma leitura progressista e positiva de Puebla, e resgatou o que estava escondido em Medellín.

Nesta breve comunicação, faremos uma leitura crítico-constructiva na perspectiva da ecoteologia, mostrando como a questão socioambiental brotou e foi explicitada em Medellín e Puebla. O conteúdo deste *paper* será ampliado em outro trabalho, intitulado “Ecologia e fé cristã nas cinco Conferências”, a ser publicado como verbete no *Compêndio das Conferências dos Bispos da América Latina e Caribe* (Paulinas-Paulus, 2018). Ali será exposto como a consciência socioambiental evoluiu nos últimos anos, perpassando não somente Medellín e Puebla, como também Santo Domingo e Aparecida.

* Faculdade Jesuíta/ISTA.

A consciência ecológica emerge progressivamente na Igreja latino-americana e caribenha. Tal evolução, tanto na sociedade quanto na Igreja, acontece num espaço de tempo relativamente curto. Evidencia que tanto os problemas ambientais quanto uma nova mentalidade para compreendê-los e buscar soluções, tornou-se uma das questões mais relevantes para a humanidade. Para usar uma categoria teológica do Vaticano II, retomada por Medellín, a ecologia se transformou em um dos mais significativos “Sinais dos Tempos”, como apelo de Deus e oportunidade de viver a fé de forma contextualizada.

Utilizamos aqui o termo “socioambiental” em consonância com a percepção dos ecoteólogos(as) latino-americanos(as) e o Papa Francisco, na encíclica *Laudato Si*. Segundo ele,

É fundamental buscar soluções integrais que considerem as interações dos sistemas naturais entre si e com os sistemas sociais. Não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise socioambiental. As diretrizes para a solução requerem uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza (LS 89).

Medellín lança as bases de um compromisso socioambiental, embora não o tenha formulado explicitamente desta forma. E Puebla traz para a Igreja alguns desafios ambientais, que já eclodiam ao final da década de 70.

1. A NOVIDADE DE MEDELLÍN: A FÉ CLAMA POR JUSTIÇA

A Conferência de Medellín se realizou em 1968, para colocar em prática as propostas de renovação da Igreja, formuladas pelo Concílio Vaticano II. As conclusões de Medellín estão organizadas didaticamente em três blocos, com os documentos correspondentes.

I. Promoção Humana: (1) Justiça, (2) Paz, (3) Família e Demografia, (4) Educação, (5) Juventude.

II. Evangelização e crescimento na Fé: (6) Pastoral Popular, (7) Pastoral das Elites, (8) Catequese, (9) Liturgia.

III. Igreja visível e suas estruturas: (10) Movimento de leigos, (11) Sacerdotes, (12) Religiosos, (13) Formação do clero, (14) Pobreza da Igreja, (15) Pastoral de Conjunto, (16) Meios de Comunicação Social.

Em 1968 acontecem diversas manifestações na sociedade civil, especialmente na Europa, protagonizadas por estudantes, jovens, operários e mulheres. A consciência social eclode intensamente também em nosso continente, com iniciativas de diferentes instâncias.

Enquanto isso, a sensibilidade ambiental em âmbito planetário ainda dava seus primeiros passos. Após a fase protecionista-conservacionista, surge o ativismo ecológico, ainda minoritário. O período de 1962 a 1972 caracteriza-se pelo impulso em diferentes âmbitos. A investigação e a produção científica foram estimuladas pela obra “Primavera Silenciosa”, da bióloga marinha Rachel Carlson, publicada em 1962. A autora denuncia os malefícios da indústria química de inseticidas e de outros derivados sintéticos, que eram lançados sem controle no meio ambiente.

No âmbito da diplomacia e negociação política, no mesmo ano de Medellín acontece a primeira conferência internacional sobre o Ambiente, a Conferência da Biosfera promovida pela UNESCO (Paris, 1968). Posteriormente, surgem Movimentos ecológicos internacionais, como os “Amigos da Terra” (1969) e o Greenpeace (1971). Este último, conhecido no mundo todo, nasce no Canadá, reunindo ecologistas, jornalistas e hippies na luta contra as usinas nucleares. Ora, como tudo isso repercute na Conferência de Medellín?

Seria anacrônico esperar que a Conferência de Medellín tivesse uma clara postura ecológica, pois essa não estava ainda desenvolvida na sociedade latino-americana. Medellín lança as bases seguras para a ecologia integral e o compromisso com a sustentabilidade sobretudo a partir dos documentos sobre a Justiça (Justiça), a Paz (Paz) e a Educação (Educação).

Vejam as principais contribuições sobre o tema da *justiça*, sobretudo no documento que tem este título. Desde o primeiro parágrafo de Medellín, há uma lúcida e inconfundível postura social. Afirma-se que a miséria marginaliza grandes grupos humanos na América Latina. Tal miséria é um fato coletivo, qualificado como injustiça que clama aos céus (Justiça,1). Denuncia-se que no campo econômico implantaram-se sistemas que privilegiam os setores de alto poder aquisitivo (Justiça,2).

O individual e o coletivo constituem um amálgama inseparável. A falta de solidariedade, nestes dois âmbitos, provoca pecados cuja cristalização é evidente em estruturas injustas na América Latina (Justiça,2). Um continente diferente acontecerá com pessoas novas, livres e responsáveis, e estruturas novas e renovadas (Justiça,3). Trata-se de um processo de *libertação integral* e de promoção do ser humano em todas as suas dimensões (Justiça,4). O amor a Cristo e aos irmãos é a grande força libertadora da injustiça e da opressão, e inspira a justiça social. Essa se entende como concepção de vida e impulso para o desenvolvimento integral de nossos povos (Justiça,5).

O que Medellín denomina de “integral”, corresponde, de forma germinal ao que posteriormente se chamou de “sustentável”, incluindo as vertentes: ambiental, cultural, econômica e social.

A conferência assume a tarefa de formar a consciência social dos cristãos, superando assim uma visão meramente subjetiva da fé.

É indispensável a formação da consciência social e a percepção realista dos problemas da comunidade e das estruturas sociais. Devemos despertar a consciência social e hábitos comunitários em todos os meios

e grupos (...) A tarefa de conscientizar e educar socialmente, deverá ser parte integrante dos planos de Pastoral de Conjunto, em seus diversos níveis (Justiça,17).

Medellín assume a “virada antropocêntrica” do Vaticano II. Sustenta que Deus dá ao ser humano o poder para solidariamente transformar e aperfeiçoar o mundo. O que existe na Terra se destina ao uso de todas as pessoas e todos os povos (Justiça,3.5). Não há ainda uma consciência explícita sobre o valor intrínseco das outras criaturas não humanas e dos ecossistemas, como expressa inconfundivelmente a *Laudato Si*, quase 50 anos depois (LS 33,69,140).

No documento “Paz”, Medellín adota termos incisivos, tomados da sociologia crítica, tais como “formas de opressão”, “setores dominantes”, “justificativas ideológicas”, “setores oprimidos”, “neocolonialismo externo” (nossas nações não são donas de seus bens e de suas decisões econômicas), “imperialismo internacional do dinheiro” (Paz,5-10, 22), “violência institucionalizada” (Paz,16), “manutenção dos privilégios” (das elites) (Paz,17), “povo conscientizado e organizado” (Paz,19), “sadio espírito crítico” (Paz,25), “organizações de base para reivindicar e consolidar direitos” (Paz,27). Os termos estão relacionados com uma visão sistêmica da sociedade, que sofreu certa redução em Puebla, e abandono em Santo Domingo. Mas foi retomada e atualizada em perspectiva mais ampla em Aparecida. Posteriormente, faz parte do ensino do Papa Francisco, especialmente na *Laudato Si*, na *Evangelii Gaudium* (cap. IV) e nas mensagens nos *Encontros Mundiais dos Movimentos Populares*.

Medellín crê na simultaneidade das atitudes individuais e das ações coletivas, na luta pela justiça social embasada no amor e na paz interior, que vem de Cristo (Paz, 14). Mas ainda não está explícito na Conferência a indignação diante da violência que infringimos à natureza, bem como o apelo à “justiça ambiental” e ao cuidado com a Terra. Medellín inicia a tomada de consciência sobre a importância dos Povos originários, também chamados de “indígenas”. Denuncia a ação injusta de nações poderosas contra a autodeterminação dos povos indígenas e dos nossos países (Paz, 32). Solicita que se respeite os valores de sua cultura e se incentive um diálogo libertador com eles (Educação, 3).

A Conferência apela para todos os agentes sociais, em vista de “nova sociedade”. Em primeiro lugar, às classes populares, para que tenham “uma participação receptiva e ativa, criadora e decisiva” (Justiça,7). Igualmente, aos movimentos sindicais dos trabalhadores (Justiça,12). Também aos empresários, às suas organizações e as autoridades políticas, para que modifiquem a finalidade, a organização e o funcionamento das empresas (Just.10). Merecem atenção especial as pessoas que estão em postos de decisão e comando, cujas atitudes repercutem nas estruturas.

A carência de uma consciência política na sociedade latino-americana torna imprescindível a ação educadora da Igreja (Justiça,16). Esta deve também apoiar as instituições da sociedade civil que lutam pela justiça (Justiça,23). Então, todos são

chamados a colaborar para livrar-se do neocolonialismo e empreender o desenvolvimento nacional e continental (Justiça,13). Não havia ainda uma crítica elaborada ao conceito de “desenvolvimento”, com suas consequências nefastas para os ecossistemas.

No contexto de euforia com os processos de modernização e do avanço científico da década de sessenta do último século, Paulo VI, na *Populorum Progressio*, afirmava que “o desenvolvimento é o novo nome da Paz” (PP 87). Seguindo o papa, Medellín sustenta que as diversas formas de injustiça e marginalização (socioeconômicas, políticas, culturais, raciais, religiosas), tanto na cidade quanto no campo, atentam contra a paz (Paz,1-2). Medellín denuncia a *violência institucionalizada* no nosso continente. Citando Paulo VI, caracteriza-a assim:

“populações inteiras, desprovidas do necessário, vivem numa dependência que lhes corta toda iniciativa e responsabilidade, e também toda a possibilidade de promoção cultural e da participação na vida social e política” (Paulo VI, PP 57, em Paz,16).

A paz não é a mera ausência de conflitos, e sim o fruto da justiça, enquanto criação de nova ordem que inclui o desenvolvimento integral do ser humano. A justiça é condição imprescindível para a paz (Paz,16). Por “justiça” se entende não simplesmente “dar a cada um o que merece” (justiça distributiva), e sim criar as condições para que todos, a partir dos mais pobres, tenham *oportunidades* de crescimento em diversas dimensões (Educação, 11). Justiça criativa e inclusiva. A passagem de condições menos humanas para mais humanas é o novo nome da paz (Paz, 15a).

Incorporando a proposta da “conscientização” de Paulo Freire, Medellín sustenta que é indispensável a formação da consciência social, o despertar de hábitos comunitários e a percepção realista dos problemas da comunidade e das estruturas sociais (Justiça,17). Quase 10 anos depois, estes três elementos básicos estarão presentes na definição de educação ambiental, emanadas na 1ª Conferência Intergovernamental de Educação ambiental, no ano de 1977, em Tbilisi (Geórgia).

Medellín indica uma *educação libertadora*,

“que transforma o educando em sujeito de seu próprio desenvolvimento”, aberta ao diálogo, criadora e crítica, promotora do sentido comunitário, que capacite as novas gerações para a mudança permanente e contínua (Educação,8).

No que compete especificamente à Igreja, a conferência propõe que a pregação, a catequese e a liturgia tenham em conta a dimensão social e comunitária do cristianismo,

formando pessoas comprometidas na construção de “nova ordem”, de um mundo de justiça e de paz (cf. Paz, 24, 33). Assim,

o Episcopado latino-americano não pode deixar de assumir responsabilidades bem concretas, porque criar uma ordem social justa, sem a qual a paz é ilusória, é uma tarefa eminentemente cristã. A nós, pastores da Igreja, cumpre educar as consciências, inspirar, estimular e ajudar a orientar todas as iniciativas que contribuem para a formação do homem. Cumpre-nos também denunciar todos aqueles que ao irem contra a justiça, destroem a paz (Paz,20).

Sem dúvida, Medellín fornece as bases sistêmicas, metodológicas e teológicas para uma ação transformadora à luz da fé, de cunho socioambiental. Porém, a dimensão especificamente ecológica ainda está ausente, pois a humanidade mesma tinha caminhado pouco nesta direção. Então, entende-se porque há uma visão (demasiadamente) positiva referente aos processos de modernização, urbanização e industrialização. E se defende, sem matizar, o domínio cada vez maior do ser humano sobre a natureza (Introdução, 4).

2. PUEBLA: EMERGEM “PROBLEMAS ECOLÓGICOS” NA CONSCIÊNCIA ECLESIAL

A conferência de Puebla realizou-se em 1979. Neste momento histórico, a humanidade já havia avançado bastante, em termos de consciência ecológica. Na década de 70 se multiplicam os movimentos pacifistas e ambientais da sociedade civil; a ecologia desabrocha como uma ciência interdisciplinar para além da biologia; as conferências intergovernamentais marcam limites para a intervenção humana sobre o meio ambiente. Vejamos algumas iniciativas marcantes, a título de exemplo.

A conferência de Estocolmo, primeira iniciativa mundial de caráter vinculante sobre a ecologia, em 1972, reuniu nas discussões mais de 400 instituições governamentais e não governamentais, com a participação de 113 países. Dela surgem: a declaração sobre o meio ambiente humano, as resoluções e o plano de Ação. Constitui-se o PNUMA, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Um ano antes, a Convenção de Ramsar estabelece as primeiras normativas referentes à preservação das zonas úmidas de importância internacional.

Ainda em 1972 o grupo de pesquisadores ligados ao “Clube de Roma”, coordenado por Donella Meadows, publicou o estudo “Os Limites do crescimento”, que teve grande repercussão no mundo. Ele defende, a médio prazo, congelar o crescimento da população global e do capital industrial, para atingir a estabilidade econômica e

respeitar a finitude dos recursos naturais. Tal tese do *Crescimento Zero* afronta as teorias de crescimento econômico contínuo e ilimitado.

Inicia-se a ruptura com o otimismo desenvolvimentista. “Poluição” foi praticamente a primeira palavra a sinalizar os sintomas de uma enfermidade mais complexa na sociedade. A crise do petróleo (1973) e os riscos das usinas nucleares levantaram o problema das fontes de energia e seu impacto sobre o meio ambiente. Lentamente percebe-se que a natureza não é fonte inesgotável de recursos, nem um amontoado mecânico de coisas. E sim, uma comunidade de vida, no qual interagem, com os humanos, os seres bióticos (micro-organismos, plantas e animais) e os abióticos (solo, água, ar e energia).

A mobilização na sociedade civil e os avanços científicos e jurídicos-institucionais não acontecem na América Latina na mesma intensidade que na Europa, devido à censura e à repressão dos governos militares. Neste contexto, a Igreja, desde Medellín, assume em muitas regiões do continente a missão profética de ser “a voz dos sem voz”. E paulatinamente incorpora o significado da questão ecológica, no horizonte do compromisso social de libertação.

No Brasil, cria-se, em 1972, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e três anos depois, a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Ambos trouxeram para dentro da Igreja, a partir do protagonismo dos povos indígenas, dos posseiros e trabalhadores rurais, a mística da união do ser humano com a terra, nossa bondosa mãe. Em 1979 a CNBB inclui a temática ecológica na Campanha da Fraternidade, com o tema “Preserve o que é de todos”. Em vários lugares do continente, dioceses e pastorais acolhem a visão dos povos originários da Terra como “Pacha Mama”. Ora, como tudo isso repercute em Puebla?

O documento de Puebla (DP) está organizado em cinco partes:

(1ª) Visão pastoral da realidade latino-americana (quatro capítulos) DP 03-161

(2ª) Desígnio de Deus sobre a realidade da América Latina (cinco capítulos) DP 162-562

(3ª) A evangelização na Igreja da América Latina (quatro capítulos) DP 563-1227

(4ª) Igreja missionária a serviço da evangelização na América Latina (quatro capítulos) DP 1228-1293

(5ª) Sob o dinamismo do Espírito: opções pastorais DP 1294-1310.

Na 1ª parte, precisamente no capítulo 4, referente ao contexto social e eclesial, há somente uma breve referência à ecologia:

(..) se não mudarem as tendências atuais, continuará a deteriorar-se a relação do homem com a natureza pela exploração irracional de seus recursos e a contaminação do ambiente, com o aumento de graves prejuízos para o homem e para o equilíbrio ecológico (DP 139).

Na 2ª parte, há outras citações. Diz-se que importa tomar consciência dos efeitos devastadores de uma industrialização descontrolada e de uma urbanização que assume

proporções alarmantes. O esgotamento dos recursos naturais e a contribuição do ambiente constituirão um problema dramático. Faz-se necessária uma profunda revisão da tendência consumista das nações mais desenvolvidas, levando em conta as necessidades elementares dos povos pobres que formam a maior parte do mundo (DP 496).

Afirma-se ainda que

a comunhão e a participação verdadeiras só podem existir nesta vida projetadas no plano bem concreto das realidades temporais, de tal modo que o domínio, o uso e a transformação dos bens da terra, dos bens da cultura, da ciência e da técnica se realizem em um justo e fraterno domínio do homem sobre o mundo, tendo-se em conta o respeito da ecologia (DP 327).

Parece que Puebla se mantém em uma visão superficial de ecologia. Não se considera ainda o valor próprio da biosfera. Essa seria simplesmente o conjunto de bens da terra, disponível para *domínio, uso e transformação* dos seres humanos (cf. DP 493).

Puebla não consegue ir além do horizonte do “domínio”, da submissão sobre os ecossistemas, embora tente matizá-los, adjetivando-os como justo, fraterno e humanizador (DP 1240, 323, 327). Segundo a conferência, os três planos do exercício da liberdade consistem “na relação do homem com o mundo como senhor, com as pessoas como irmão e com Deus como filho” (DP 322). Mas essa relação é assimétrica, pois “os bens e riquezas do mundo, por sua origem e natureza, segundo a vontade do Criador, são para servir efetivamente à utilidade e ao proveito” da espécie humana (DP 492). Ora, por que ao ser humano compete somente “dominar” e não também cuidar? Como superar esta concepção antropocêntrica utilitarista?

A conferência avança na crítica ao consumismo:

“A pessoa humana está como que lançada na engrenagem da máquina da produção industrial; é vista apenas como instrumento de produção e objeto de consumo. Tudo se fabrica e se vende em nome dos valores do ter, do poder e do prazer, como se fossem sinônimos da felicidade humana” (DP 311).

Puebla relaciona corretamente o consumismo com o individualismo, o mercado e a economia liberal (DP 311), embora não reflita sobre as consequências do consumismo para a sustentabilidade, ou seja, a continuidade da vida no planeta. Provavelmente a raiz de tal limitação resida na insuficiência da categoria “cultura urbano-industrial” (DP 417) ou “civilização urbano-industrial” (DP 418), escolhida para ler a complexa realidade social latino-americana.

Como meta de superação de tal megaestrutura, a conferência propõe a construção da “civilização do amor” (Mensagem aos Povos da América Latina, 8). No entanto, não a relaciona com a ecologia e o cuidado com a Terra.

Talvez Puebla tivesse avançado mais na relação da consciência ecológica com a vida cristã, se tivesse colocado em prática, a proposta que ela mesma anuncia, de um diálogo efetivo da filosofia e da teologia com as ciências (DP 1240). E ainda, se houvesse aprofundado que o Espírito Santo é o doador da vida (DP 203). Por fim, poderia ter inserido a ecologia nas opções pastorais (5ª sessão do documento).

A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Vimos que Medellín abriu um caminho novo, em relação à consciência social. Apontou que a pobreza não é um fenômeno meramente individual, mas sim o fruto de estruturas sociais injustas. Convocou a Igreja para conscientizar seus fiéis sobre as exigências comunitárias e estruturais da justiça, à luz da fé. Mas não desenvolveu a reflexão sobre a relação do ser humano com as outras criaturas.

Já Puebla, inspirada pela visão estrutural de Medellín, desvenda algumas questões ecológicas emergentes. Denuncia situações de violência contra os ecossistemas no nosso continente. Mas ainda não consegue articular as duas dimensões, a social e a ecológica, em uma visão unificada. Isso acontecerá na Conferência de Aparecida, tema de nosso próximo trabalho.

Oxalá o caminho percorrido pela Igreja latino-americana, oficializado e impulsionado pelas Conferências de Medellín a Aparecida, se traduza, cada vez mais, no cultivo de uma espiritualidade ecológica e em práticas concretas em vista da sustentabilidade.

Por hora, encerramos essa comunicação com as belas palavras do Papa Francisco, que nos convidam a um novo olhar sobre o mundo.

Nós e todos os seres do universo, sendo criados pelo mesmo Pai, estamos unidos por laços invisíveis e formamos uma espécie de família universal, comunhão que nos impele a um respeito sagrado, amoroso e humilde (LS 89).

REFERÊNCIAS

(Todos os acessos à internet revistos em 31/03/18)

Agenda 21. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>

- BOFF, Leonardo. Sustentabilidade. O que é. O que não é. Petrópolis: Vozes, 2012.
- CARLSON, Raquel. Primavera Silenciosa (original: 1962). Disponível em: <https://am37.files.wordpress.com/2017/02/primavera-silenciosa.pdf>
- Carta da Terra. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.pdf
- CARVALHO, Francisco. Da ecologia geral à ecologia humana. Rev. Forum Sociológico 17 (2007), Lisboa, p.127-135. Disponível em: <http://journals.openedition.org/sociologico/1680>
- Declaração da Conferência de Estocolmo sobre o ambiente humano (1972). Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-de-estocolmo-sobre-o-ambiente-humano.html>
- Declaração de Tbilisi (sobre a educação ambiental). Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/decltbilisi.pdf>
- FRANCISCO, Papa. Discurso aos Movimentos Populares (2015) disponível em: [http://pt.radiovaticana.va/news/2015/07/10/discurso_do_papa_aos_movimentos_populares_\(texto_integral\)/1157336](http://pt.radiovaticana.va/news/2015/07/10/discurso_do_papa_aos_movimentos_populares_(texto_integral)/1157336)
- FRANCISCO, Papa. Discurso aos participantes no 3º encontro mundial dos movimentos populares (2016), http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2016/november/documents/papa-francesco_20161105_movimenti-popolari.html
- FRANCISCO, Papa. Exortação Apostólica Evangelii Gaudium. A Alegria do Evangelho. São Paulo: Paulinas, 2013, (cap. IV: a dimensão social da evangelização).
- FRANCISCO, Papa. *Laudato Si*. Encíclica sobre o Cuidado da Casa Comum. São Paulo: Paulinas, 2015.
- GODOY, Manoel; AQUINO JÚNIOR, Francisco (orgs). 50 anos de Medellín. Revisitando os textos, retomando o caminho. São Paulo: Paulinas, 2017.
- BRIGHENTI, Agenor; HERMANO, Rosario (orgs). A missão em debate. Provocações à luz de Aparecida. São Paulo: Paulinas, 2010.
- LESBAUPIN, Ivo; BARBOSA DA SILVA, Evanildo. Para além do desenvolvimento. Construir horizontes utópicos. Rio de Janeiro: ABONG – ISER Assessoria, 2017.
- MEADOWS, Donella H. (org). Os limites do Crescimento (em inglês). Disponível em: <http://www.donellameadows.org/wp-content/userfiles/Limits-to-Growth-digital-scan-version.pdf>
- O que é a carta da Terra? Disponível em: <http://www.amigosdosacores.pt/sites/default/files/wp-uploads/2009/12/CARTAdaTERRA.pdf>
- SUÁREZ BARRERA, Elda Margarita. Iniciativas e Sinais de Esperança (cap.II). In: MURAD, Afonso (org). Ecoteologia. Um mosaico. São Paulo: Paulus, 2016, p.63-101.
- TAKEDA, Tatiana. A preocupação com o meio ambiente nas últimas décadas (2009). Disponível em: https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=1762

VIOLA, Eduardo J. O movimento ecológico no brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. Disponível em:

http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_01.htm

VV.AA. Trinta anos depois, Medellín é ainda atual? São Paulo: Paulinas, 2010, 3ed.